

Câmara quer discutir Plano com a sociedade

Ana Sá

Um Plano Diretor discutido com a sociedade. É o que pretende os 24 distritais responsáveis pela aprovação do instrumento que traçará o desenvolvimento e a expansão urbana da capital do País —, ameaçada de se tornar inviável até o ano 2000. O Plano Diretor se constitui numa obrigação constitucional para qualquer cidade que possua mais de 20 mil habitantes. Brasília, com uma população de quase dois milhões, ainda vem sendo regulamentada através de uma série de leis, decretos e portarias.

“O futuro de Brasília passa pela Câmara Legislativa”, adverte o deputado Peniel Pacheco (PST), ao lembrar que o poder legislativo terá um papel fundamental na feitura de todas essas leis que vão nortear a vida de cada cidadão brasileiro e da região do Entorno. Ele defende uma ampla participação popular na elaboração do Plano Diretor do DF, por meio de associações comunitárias, entidades profissionais, partidos políticos, sindicatos e outras entidades locais.

Ainda não foi definida a data para o início da discussão e votação da matéria, confirmou o presidente da Câmara, deputado Salviano Guimarães (PFL). “É preciso votarmos primeiro a Lei Orgânica, posto que essa Lei vai estabelecer os parâmetros institucionais para o Plano Diretor”, explicou ao esclarecer que o projeto de lei será de iniciativa do Executivo e que a Câmara ape-

nas irá apreciá-lo.

Pressa — O líder do governo, deputado Maurílio Silva (PTR), assegurou que o governo ainda não definiu quando mandará o Plano Diretor à Câmara. “Não há necessidade de pressa”, observou. O deputado Pedro Celso (PT), contudo, já subiu à tribuna da Casa para cobrar o início da discussão e votação do Plano Diretor. O deputado petista, inclusive, foi o único a apresentar projeto de lei fixando pressupostos, diretrizes, bases e conteúdo para elaboração do Plano Diretor, além de assegurar a participação popular. O projeto prevê, por exemplo, que o GDF deverá publicar no **Diário Oficial** um anteprojeto para o recebimento de sugestões e propostas, que deverão ser enviadas para uma Comissão Popular de discussão e elaboração do projeto de Plano Diretor.

A Comissão será integrada por representantes da Universidade Federal de Brasília, CUT, OAB, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Conselho Regional de Economia, Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Federação Nacional dos Jornalistas. É competência dessa comissão, conforme prevê o projeto de lei do deputado Pedro Celso, promover amplo debate sobre os temas centrais e problemas básicos que serão tratados no Plano Diretor e elaborar a redação do projeto que o Executivo enviará à Câmara.